

SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa  
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO  
OFN nº 36, DE 2014  
Em 08.10.14

PGR- 00204323 /2014

OFN 36/2014

A Comissão de Orçamento,  
Orçamentos Públicos e Fiscalização.  
Em 19.10.2014

Ofício nº 3275 /2014/Gab/PGR

Brasília, 25 de setembro de 2014

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Congresso Nacional  
Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2014

Senhor Presidente,

Cumprindo determinação expressa no art.118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, encaminho a Vossa Excelência os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 2º quadrimestre de 2014.

Na oportunidade, cabe informar que, em razão do disposto na Portaria PGR nº 192, de 29 de abril de 2010, até a fixação do percentual próprio, por lei, as despesas com pessoal concernentes ao Conselho Nacional do Ministério Público foram incluídas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Ministério Público da União.

Atenciosamente,

Recebido às 8h  
8/10/14  
Maurício

  
RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS  
Procurador-Geral da República

Senado Federal  
Protocolo Legislativo  
OFN nº 36 12014  
Fls. 02

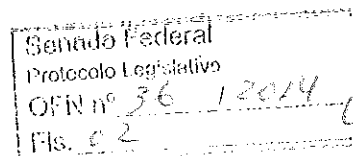
PORTARIA PGR/MPU N.º 64, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 2º quadrimestre de 2014, conforme anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS



**ANEXO I**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO DE 2014**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>		
Pessoal Ativo	3.115.720.424,23	9.229.308,16
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.644.971.878,61	6.249.605,54
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	470.748.545,72	2.979.702,62
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>440.591.872,14</b>	<b>357.906,83</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	29.691.966,35	357.906,83
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	410.899.905,79	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>2.675.128.552,09</b>	<b>8.871.401,33</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>2.683.999.953,42</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	<b>VALOR</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	676.655.840.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,40	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,60%	4.059.935.040,00	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,57%	3.856.938.288,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,54%	3.653.941.536,00	

Fonte: Sistema SIAFI Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 16/setembro/2014 e hora de emissão 15h e 30m.

Nota: Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.

Valores expressos em unidade de Real, conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

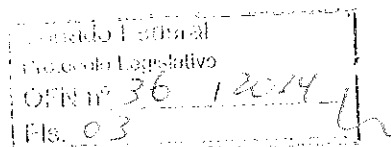
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

  
**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**  
 Procurador-Geral da República

  
**LAURO PINTO CARDOSO NETO**  
 Secretário-Geral

  
**SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM**  
 Auditor-Chefe



ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>		
Pessoal Ativo	473.504.464,50	886.160,64
Pessoal Inativo e Pensionistas	404.397.641,84	549.084,10
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	69.106.822,66	337.076,54
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>68.443.753,14</b>	<b>25.784,54</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	13.419.193,01	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	55.024.560,13	25.784,54
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>405.060.711,36</b>	<b>860.376,10</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>405.921.087,46</b>	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	676.655.840.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,0600
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF e Decreto nº 6.334/2007) - 0,092%	622.523.372,80
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,0874%	591.397.204,16
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,0828%	560.271.035,52

Fonte: Sistema SIAFI Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 16/setembro/2014 e hora de emissão 15h e 30m.

Nota: Valores expressos em unidade de Real, conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União.

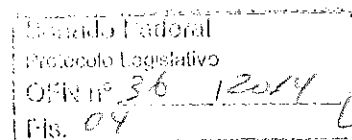
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

  
RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS  
Procurador-Geral da República

  
LAURO PINTO CARDOSO NETO  
Secretário-Geral

  
SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM  
Auditor-Chefe



Calendário de tramitação AVN 16/2014 e OFNs 36 a 39/2014  
(art. 120, Res. 1 de 2006-CN):

Leitura: 13/10/2014

- Até 18/10 prazo para publicação da matéria;
- Até 2/11 prazo para apresentação de relatório e projeto de decreto legislativo;
- Até 7/11 prazo para apresentação de emendas ao projeto de decreto legislativo; e
- Até 14/11 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

As matérias vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.



LF

PL